

DOCUMENTO METODOLÓGICO

Operação Estatística – Estatísticas de Processos na Provedoria de Justiça

Código: 487

Versão: 1.0

Abril de 2010

INTRODUÇÃO

A operação estatística relativa a estatísticas de processos na Provedoria de Justiça tem como principais objectivos a recolha, tratamento, análise e difusão da informação sobre processos, entidades reclamantes e visadas e queixas por área jurídica nesta entidade notadora.

Esta operação estatística iniciou-se em 1994, mantendo-se inalterada desde então. A recolha processa-se através de um suporte papel registado no Instituto Nacional de Estatística (INE) com o n.º 7828 (modelo 305).

I - CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Código/Versão/Data

487 / 1.0

2. Código SIGINE

Não aplicável

3. Designação

Estatísticas de Processos na Provedoria de Justiça.

4. Actividade Estatística

40 – Justiça

403 – Estatísticas da Defesa de Direitos.

384 – Estatísticas de Processos na Provedoria de Justiça.

5. Objectivos

Esta operação estatística visa recolher informação sobre processos na Provedoria de Justiça, nomeadamente sobre:

- Movimento de processos;
- Reclamantes e características das entidades visadas;
- Caracterização das queixas.

6. Descrição

A operação estatística caracteriza-se por: ter periodicidade anual; ser um recenseamento; ter âmbito geográfico nacional; utilizar fontes de informação directa; com recolha através de um questionário em papel, e tendo como unidade estatística de observação a Provedoria de Justiça.

7. Entidade Responsável

Direcção-Geral da Política de Justiça – Ministério da Justiça

Técnico responsável: Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça

Telf: 217924000; Fax: 217924080; E-mail: correio@dgpj.mj.pt

8. Relacionamento com o EUROSTAT/ Outras Entidades

O relacionamento com o EUROSTAT é de natureza indirecta, via INE (quando existente no âmbito da presente operação estatística).

9. Financiamento

Esta operação estatística é suportada pelo orçamento de funcionamento atribuído à DGPJ (proveniente das receitas do Orçamento de Estado e dotações do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça, I.P.).

10. Enquadramento Legal

Lei n.º 9/91, de 9 de Abril - Estatuto legal do Provedor de Justiça.

Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto (alterado pelo Decreto-Lei N.º 15/98, de 29 de Janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 195/2001, de 27 de Junho) – Lei Orgânica da Provedoria de Justiça.

Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de Outubro

11. Obrigatoriedade de resposta

SEN – Sim

EUROSTAT – Não

12. Tipo de Operação Estatística

Recenseamento.

13. Tipo de Fonte(s) de Informação

Directa.

14. Periodicidade de realização da operação

Anual.

15. Âmbito Geográfico

País: Portugal (Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira);

16. Utilizadores da Informação

Internos (ao SEN):

- Direcção-Geral da Política de Justiça
- Instituto Nacional de Estatística

Nacionais:

- Administração Pública Central – Ministério da Justiça
- Pessoas singulares

Todos os utilizadores indicados fazem uso da totalidade/parte da informação.

17. Data de início/Fim

1994 – Início da recolha de dados sobre processos na Provedoria de Justiça, através de inquéritos em suporte papel;

18. Produtos

Padrão de Qualidade/ Prazo de disponibilidade ideal da informação: A disponibilização da informação anual ocorre 5 meses (150 dias) após o fim do período a que os dados se reportam;

Designação: Estatísticas dos Processos na Provedoria de Justiça.

Tipo de Produto: Quadros pré-definidos.

Periodicidade de disponibilização: Anual.

Nível Geográfico (mais desagregado): País.

Tipo de disponibilização: Não sujeito a tarifação.

Utilizadores: Todos os referidos no ponto 16.

II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

19. População

O universo coincide com o universo de referência (Provedoria de Justiça).

20. Base de Amostragem

Ficheiro das unidades de observação (Provedoria de Justiça), disponível no Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ).

21. Unidade(s) Amostrais

Provedoria de Justiça.

22. Unidade(s) de Observação

Provedoria de Justiça.

23. Desenho da Amostra

Não aplicável

24. Desenho do Questionário

Esta operação estatística é reportada em suporte papel. Quando da sua criação foram consultados os intervenientes no processo de recolha. Desenvolveu-se o questionário, e realizaram-se testes, pelo GEPMJ e também por parte da entidade informadora.

25. Recolha de Dados

Período de Referência dos Dados: Ano n ;

Período de Recolha(Transmissão de dados): Ano $n+1$;

Data de Expedição: Não aplicável;

Contacto Inicial: Não aplicável;

Método de Recolha: Desde 1994 questionário em papel – via postal.

Insistências/Tratamento de Recusas: as insistências junto da entidade notadora ocorrem através do envio de ofício;

Critério utilizado para fecho do inquérito: Obtenção da resposta da entidade inquirida.

Possibilidade ou não de inquiridos Proxy: Não aplicável;

Utilização de incentivos: Não aplicável;

Disponibilização de apoio aos respondentes: Instruções de preenchimento no formulário.

Formação aos entrevistadores: Não aplicável

Captura dos dados

Entrada de Dados: Digitação.

Codificação: Manual.

Software Utilizado: Não aplicável.

26. Tratamento dos dados

Os dados recebidos da entidade notadora são analisados e validados pela DGPJ, nomeadamente pela aplicação do segredo estatístico e de sinais convencionais, bem como a avaliação da coerência entre os dados do ano e os dados do ano anterior. No fim deste processo são convertidos em documentos no formato “pdf” para divulgação através do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça.

27. Tratamento de não respostas

Não se aplica tratamento de não-respostas. Pretende-se obter a resposta da entidade respondente.

28. Estimação e obtenção de resultados

A estimação de resultados não se aplica a esta operação estatística.

29. Séries Temporais

Não se aplica qualquer metodologia para tratamento da sazonalidade;

30. Confidencialidade dos dados

A informação recolhida por via da presente operação estatística é concretizada nos termos e nos limites da Lei nº22/2008 de 13 de Maio. Os dados só podem ser divulgados caso se refiram a três ou mais variáveis, não permitindo qualquer identificação directa ou indirecta dos intervenientes.

31. Avaliação da Qualidade Estatística

Precisão – Não aplicável.

Coerência – Este parâmetro é assegurado através da aplicação de uma metodologia transversal que consiste na comparação de dados de anos anteriores.

32. Recomendações Nacionais e Internacionais

Não aplicável;

III – CONCEITOS

429 – Processo. Auto constituído pelas peças escritas emanadas das partes, pelas decisões do tribunal e actos do Ministério Público, e pelo relato, mais ou menos circunstanciado, dos actos e diligências praticadas no desenvolvimento da acção.

IV – CLASSIFICAÇÕES

- Tabela de entidades notadoras do SIEJ.

V – VARIÁVEIS

33. Variáveis de Observação

- Processos;
- Reclamantes;
- Entidades visadas;
- Queixas.

34. Variáveis Derivadas

Não existem variáveis derivadas a partir das variáveis de observação;

35. Informação a disponibilizar

Esta operação estatística visa disponibilizar informação sobre:

- Movimento de processos;
- Motivos do arquivamento e distribuição dos processos por áreas;
- Entidades visadas nos processos;
- Características das queixas;
- Caracterização dos reclamantes.

VI – SUPORTES DE RECOLHA

36. Questionários

Questionários em papel;

Instrumento de Notação n.º 7828 (Mod. 305)

37. Ficheiros

Não aplicável.

VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

GEPMJ – Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

INE - Instituto Nacional de Estatística, IP

SEN - Sistema Estatístico Nacional

SIEJ - Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

SIGINE – Sistema de Informação de Gestão do INE

EUROSTAT – Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias

VIII – BIBLIOGRAFIA

- “Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, Maio de 2005, Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística
- Website do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Website da Direcção-Geral da Política da Justiça: <http://www.dgpj.mj.pt>